

1. MENSAGEM DA DIRETORIA COLEGIADA

Ao iniciar a atual gestão, já havia o domínio dos desafios a serem enfrentados pela Companhia de Eletricidade do Amapá, com os subsídios obtidos na concentração de esforços no período da transição governamental, além de fatos ostensivos, tal como a contingência no suprimento ordinário de energia elétrica em Laranjal do Jari e Oiapoque, que redundou em extremadas manifestações populares, pelo grau de insatisfação atingido naquelas comunidades.

A tarifa congelada desde 2004, em decorrência da inadimplência da empresa perante os órgãos reguladores do setor elétrico, era um indicativo de que se deveria empreender um modelo de gestão pautado na austeridade, tendo como norte a modificação do desconfortável cenário, caracterizado pela limitada capacidade de recuperação e investimento setorial, elevado grau de endividamento e despesa crescente - decorrente da natural evolução da demanda -, e eminência da declaração pelo Ministério das Minas e Energia da caducidade do contrato de concessão firmado com a CEA.

A situação da companhia suscitou variadas conjecturas, nas mais diversas esferas de debates. Nessa trilha, a CEA promoveu o seminário “Energia Elétrica: Oportunidades para o desenvolvimento do Amapá”, quando se debateu o setor energético do estado e os preparativos para o Amapá se Integrar ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

Concomitantemente com as medidas austeras para viabilizar a companhia, Governo do Estado e CEA, no início de janeiro, propuseram ao Ministério das Minas e Energias - MME a formação de um grupo de trabalho para iniciar imediatamente estudos para o equacionamento econômico e financeiro da empresa. O grupo foi formado, está trabalhando em tempo integral na busca desse objetivo, tendo apresentado uma proposta de equacionamento das pendências em agosto de 2011. A esse respeito, é importante lembrar que a CEA vem se debatendo em processo de cassação de sua concessão de serviços de distribuição de energia elétrica desde junho de 2007, de acordo com recomendação da ANEEL.

Como meta de curto prazo, foi efetivado o levantamento da situação financeira e dos dispêndios da empresa, visando minimizar os custos e projetar o saneamento das dívidas. Todos os custos fixos mensais da empresa foram reduzidos, de pessoal a fornecedores de material de

consumo e de expediente, passando pelos contratos corporativos, o que permitiu chegar, já a partir do mês de março, a uma economia mensal de cerca de R\$ 2.500.000,00.

Atendendo a política de saneamento proposta foram dispensados 175 ocupantes de cargos comissionados e gerências de projetos. A medida faz parte de uma estratégia para recuperar o equilíbrio financeiro da Companhia.

O suprimento de energia no curto e médio prazo também foi normalizado e garantido. De plano, foi retomado o pagamento atual às empresas supridoras de energia comercializada pela CEA, a partir de março, ficando as pendências anteriores, em particular no que se refere à Eletronorte, inclusas no processo de definição da empresa junto ao Ministério das Minas e Energia. Há de se considerar que as pendências acumuladas com essa empresa compõem a maior parcela da dívida da Companhia, haja vista que desde 2006 a Companhia deixou de pagar a energia comprada da Eletronorte, um dos motivos para que seja decretada a caducidade contratual. Atualmente a energia comprada da Eletronorte pela CEA tem faturamento médio mensal de R\$ 12.000.000,00.

O apoio do Governo do Estado tem sido fundamental para o encaminhamento das ações, a exemplo do equacionamento da relação comercial com a empresa Soenergy, fornecedora de energia, que permitiu regularizar o suprimento de energia em Laranjal do Jari e Oiapoque. No início de janeiro do corrente, foi celebrado termo aditivo ao contrato nº 062/2005, com a redução do custo do MWh de R\$ 152,00 para R\$ 125,00 em faturas vincendas a partir de janeiro de 2011 e repactuada a dívida da CEA junto à empresa Soenergy, que não havia sido paga pela administração anterior, no valor de R\$ 7.591.497,23. No ato desse acordo foram pagos R\$ 2.000.000,00, com recursos repassados pelo Tesouro Estadual, e o restante em oito parcelas mensais, pagos integralmente com recursos da CEA.

Para garantir o suprimento complementar de energia no período de estiagem, foi contratada a empresa Aggreko, que instalou a Usina Termelétrica Santana II, com capacidade de gerar 47MW. A primeira etapa da usina entrou em funcionamento no dia 23.12.2001, gerando 24MW de energia elétrica adicionais ao Sistema Estadual. Essa geração adicional vem ajudar a solucionar o problema enfrentado pela Eletronorte, até então, única responsável pelo

fornecimento de energia para 13 municípios atendidos pelo sistema elétrico de distribuição da CEA.

Em relação aos Programas Federais, o ano de 2011 foi o de retomada das ações do Programa LUZ PARA TODOS, cuja responsabilidade de execução é da Eletronorte, mas que conta com contrapartidas do Governo do Estado e da CEA para sua implementação. Logo no início do ano, a CEA repassou R\$- 1.908.000,00 para Eletronorte, recursos oriundos do Tesouro Estadual e cumpriu, durante todo o exercício, as contrapartidas e a fiscalização ao Programa, o que permitiu um avanço considerável em sua execução, saltando de 2.200 ligações de 2007 a 2010, para 4.500 só no ano de 2011.

O efetivo acompanhamento da Companhia do processo popular participativo visando a elaboração do Plano Plurianual de Desenvolvimento do Estado para o período 2012-2016 foi fundamental para a definição de prioridades emergenciais, que foram supridas via o governo do estado, com recursos financiados pelo BNDES. No final de 2011 foram disponibilizados à CEA o montante de R\$ 18.249.469,30, licitados para a manutenção e ampliação do sistema de distribuição em pontos críticos do estado.

O Planejamento Estratégico, elaborado para o horizonte 2012-2021, encerrando políticas voltadas para a promoção e integração dos diversos setores internos, aponta para o fortalecimento da participação da empresa no cenário de desenvolvimento econômico e social da empresa no cenário de desenvolvimento econômico e social do estado.

Dentre os instrumentos estratégicos elencados, destaca-se o Orçamento Operacional como um dos principais instrumentos de gestão, moldado, na sua elaboração e efetivação, para a otimização das atividades da empresa, em suas diferentes áreas de atuação, e à eficiência na alocação dos limitados recursos disponíveis e, principalmente, promover a integração das funções administrativas do planejamento e do controle.

O Orçamento Operacional da Companhia de Eletricidade do Amapá - 2012 é uma etapa de um processo de amplo debate que teve início com a decisão governamental de se definir instrumentos gerenciais e a priorização de ações estratégicas que, mantendo-se os níveis de satisfação das necessidades sociais dos consumidores e a oferta de energia como fator de produção

e funcionamento de todos os setores da economia estadual, concorram para reverter o atual cenário de insolvência experimentado pela empresa.

A tendência é a efetiva utilização do orçamento como meio de descentralização administrativa e de delegação de competência, cuja implementação significa a participação efetiva das unidades orçamentárias, como centros de responsabilidade, com assunção de responsabilidades decisórias dos respectivos setores pela utilização dos recursos descentralizados para possibilitar a execução das ações prioritizadas de acordo com os respectivos planos de trabalho e com as estratégias para o equilíbrio econômico e financeiro da companhia.

Na efetivação do planejamento estratégico foi elaborado o projeto de reestruturação organizacional da empresa, com o objetivo não só de equacionar seus custos operacionais, mas de adequar a instituição às normas regulamentadoras do setor elétrico. A nova estrutura deverá ser implementada no exercício de 2012.

Diretoria Executiva.